

A República e sua política exterior (1889-1902)

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR

Mário Sérgio Vasconcelos

DIRETOR-PRESIDENTE / PUBLISHER

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

William de Souza Agostinho

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO

Divino José da Silva

Luís Antônio Francisco de Souza

Marcelo dos Santos Pereira

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Paulo Celso Moura

Ricardo D'Elia Matheus

Sandra Aparecida Ferreira

Tatiana Noronha de Souza

Trajano Sardenberg

Valéria dos Santos Guimarães

EDITORES-ADJUNTOS

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

CLODOALDO BUENO

*A República e
sua política exterior*
(1889-1902)

2ª EDIÇÃO, REVISTA E AMPLIADA



© 2022 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

B928r Bueno, Clodoaldo

A República e sua política exterior (1889-1902) / Clodoaldo Bueno. – 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo : Editora Unesp, 2022.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-132-1

1. História do Brasil. 2. República. 3. Política exterior. I. Título.

CDD 981

2022-859

CDU 94(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981
2. História do Brasil 94(81)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Para
AMADO LUIZ CERVO,
historiador e amigo

Sumário

Apresentação 9

Introdução 11

I Os contextos 17

O expansionismo dos Estados Unidos: a via do pan-americanismo 23

A Conferência pan-americana 26

O quadro político interno 35

Reorientação da política externa 38

A imagem da República no exterior 43

A imprensa inglesa 48

Reflexos financeiros 54

A crítica dos monarquistas 58

II A republicanização da diplomacia 63

A reforma do serviço diplomático no Legislativo 65

Legações e consulados 75

A legação junto à Santa Sé 89

III Brasil-Estados Unidos 103

O reconhecimento da República 103

O novo relacionamento. Salvador de Mendonça 106

O apoio político ao novo regime 108

O convênio aduaneiro de 1891 e as reações de outros países 112

Fluxo e direções do comércio exterior brasileiro 130

A grande naturalização 141

O Brasil e a Guerra Hispano-Norte-Americana de 1898 143

Assis Brasil em Washington 145

IV	A diplomacia da Consolidação	151
	A Revolta da Armada (1893-1894)	153
	A ação conjunta das esquadras estrangeiras	160
	Grã-Bretanha e a Revolta	169
	A ação norte-americana. Organização da esquadra legal	173
	As análises. A imprensa estrangeira	193
V	O retorno do poder civil	207
	O quadro político interno	207
	A ocupação da Ilha da Trindade e o Legislativo (1895-1896)	213
	Comércio, finanças e imigração	223
	O tratado Brasil-Japão de 1895	226
	O <i>funding loan</i>	241
VI	Brasil-Argentina	251
	A missão Bocaiuva ao Prata	251
	Correrias nas fronteiras entre Brasil, Uruguai e Argentina	260
	Imigração e relações comerciais	266
	A disputa pelo mercado brasileiro de farinha	278
	Preocupação com os armamentos argentinos	286
	A troca de visitas entre Roca e Campos Sales	294
VII	Observando as relações argentino-chilenas	303
	A suposta <i>entente</i> Brasil-Chile na imprensa portenha	313
	A visita da esquadra chilena	321
	Rumores de uma tríplice aliança	323
	A noção de equilíbrio	327
	Uma proposta fora de hora	340
	Restrições à II Conferência Pan-americana	342
VIII	Bolívia – o início da questão do Acre	349
	Presença do Bolivian Syndicate	349
	Repercussão no Prata	355
	A discussão no Legislativo	358
	Síntese conclusiva	365
	Referências	373
	Fontes	373
	Bibliografia citada	376
	Anexo	385
	Presidentes do Brasil e ministros das Relações Exteriores de 1889 a 1902	385
	Presidentes da República Argentina de 1880 a 1904	386
	Presidentes dos Estados Unidos da América de 1885 a 1909	386

Apresentação

O livro de Clodoaldo Bueno corresponde a um texto revisto e ampliado da primeira edição. Com muito cuidado e esmero, o autor aperfeiçoa e amplia sua pesquisa. Fez-me a honra de dedicar-me o novo livro. De fato, há décadas, somos amigos e nos reunimos muitas vezes para discutirmos as relações internacionais do Brasil. Devo dizer que aprendi com Clodoaldo, que dele recebi entusiasmo e foco acadêmico: vamos trabalhar a inserção internacional do Brasil, com metodologia moderna e espírito voltado à compreensão e à explicação das forças e dos comandos superiores da História, para poder assim abrigar o mundo todo e cotejá-lo com a realidade nacional. De onde vem progresso e atraso históricos? Como nações avançam e outras permanecem remando sem andar? Por que esmoleiros internacionais e investidores dominam o mundo? Belas questões! Nem todos os historiadores as levam em consideração. Clodoaldo, sim.

Nesta nova edição, o autor penetra a conjuntura da virada do século XIX para o XX, tanto interna quanto internacional, com o fim de embasar no realismo seu raciocínio; ademais, penetra a diplomacia da República, o novo regime político brasileiro. Esclarece as inovações desse novo regime, que substituiu a monarquia brasileira. Aprofunda as relações com os novos parceiros preferidos pelo regime: Estados Unidos, Argentina e Cone Sul ampliado. Ou seja, a República sacrifica o universalismo da monarquia e introduz o servilismo político diante dos Estados Unidos, que foram responsáveis pelo

atraso estrutural histórico do Brasil. Apenas nos anos 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, que lançou a industrialização, e, logo depois, com Juscelino Kubitschek, a nação dá os primeiros passos rumo ao progresso e ao desenvolvimento da sociedade.

As qualidades do novo texto de Clodoaldo Bueno reforçam seu mérito acadêmico. Historiador com “h” maiúsculo, por certo. Realista, objetivo, longe de teorias feitas de elocubrações infundadas. O autor segue os passos de rigorosa argumentação: a República procura a vizinhança, porém o Congresso Nacional abriga variedades intelectuais, o que dificulta elaboração e execução da política exterior. No âmago da inovação republicana está a base de uma sociedade agrária, à qual servem os parlamentares, plantadores e latifundiários, oriundos desse meio social. Café, antes de tudo. Ou seja, servem a interesses próprios, obstruindo o progresso e o desenvolvimento de uma sociedade complexa, a exemplo do que ensaiara a monarquia, sobretudo a exemplo do que se fazia nos Estados Unidos, que impulsionavam a inovação tecnológica. Progresso diante de atraso: eis a fotografia da evolução dessa sociedade internacional, incrustada na História do Brasil e do mundo dessa época.

Assim se consolidam o mérito e a qualidade metodológica de Clodoaldo Bueno. Sua nova edição de *A República e sua política exterior* corresponde a uma demonstração de talento que, por certo, o leitor – alunos ou veteranos profissionais – irá reconhecer e apreciar.

Amado Luiz Cervo
Professor emérito da Universidade de Brasília

Introdução

Entre os analistas das relações internacionais, há preferência por assuntos ligados aos desafios do nosso tempo. O visível progresso quantitativo e qualitativo torna ainda mais necessária a contribuição do historiador, sobretudo no referente às conexões que escapam das grandes linhas das relações interestatais e pertencem aos campos da economia, da cultura, das artes, do pensamento, dos movimentos migratórios e seus impactos internos sobre os países envolvidos. Mesmo no que se refere à política externa do Estado, o analista da área, ao construir sua síntese, ainda se ressentido da falta de informações factuais seguras, isto é, do restabelecimento do concreto histórico resultante de estudos monográficos solidamente alicerçados em fontes passíveis de serem submetidas a controle; não basta a fonte ser autêntica, é preciso que seja veraz, isto é, se ela abriga mitos e falsas narrativas, conscientes ou não, pois nem sempre o autor do documento possui condições de estar bem informado. Afora isso tudo, o estudioso, ao construir sua interpretação, corre o sério risco de ceder à tentação de conduzir sua pesquisa a partir de uma concepção fechada sobre o devir histórico para, depois, sair à busca de fontes que se coadunem com o que concebera *a priori*. Ou, o que é pior, as forcejando. Norbert Elias¹ afirmou, há tempo, “que dogmas

1 Elias, 2000, p.45.

preconcebidos tornam os pesquisadores cegos mesmo em relação a estruturas que são quase palpavelmente óbvias”.

Na elaboração da primeira edição do presente livro, em 1995, nos servimos em grande parte do que apuramos nas fontes originais, secundariamente em textos de autores da época, e dialogando com os então poucos autores que nos precederam no estudo do período em tela. Nosso objetivo era e continua sendo a construção de um trabalho que proporcione um quadro do conjunto da política externa brasileira no difícil período pelo qual passou a República logo após sua instalação até à consolidação do quadro político-institucional nas presidências de Prudente de Moraes e Campos Sales. Naquele ano e algum tempo depois, vieram à luz novas publicações monográficas, inclusive no exterior, de excelente qualidade. Surgiram também teses de doutorado e dissertações de mestrado de novos pesquisadores formados nos cursos de pós-graduação na área de relações internacionais, e de diplomatas do Itamaraty, aposentados e da ativa. O saber histórico a respeito do nosso assunto em particular não sofreu alterações de modo a provocar reviravoltas interpretativas, mas foi enriquecido com novas informações que permitiram clarificar ainda mais as linhas do quadro geral ora em observação. A presente edição foi, portanto, ampliada, revista e modificada em alguns pontos. Houve também redistribuição e renomeação de parte do concreto apresentado; não ficou longe de ser um novo livro.

Em nossos trabalhos, valorizamos o concreto histórico recuperado diretamente das fontes e pela leitura de autores cujos textos estão solidamente lastreados em dados empíricos. Isso não implica conceder primazia ao evento político, um “fato de curta duração” por natureza, encerrado nos limites de seu próprio tempo, mas um caminho que nos leva a perceber as camadas profundas da realidade, cujos movimentos são lentos – fatos de “longa duração”, na linguagem de Braudel. O fato “curto” é visível, inquestionável caso sua materialidade esteja apoiada em fontes controladas e se o observador é frio o suficiente para vê-lo com isenção de espírito. Houve em um tempo, que ainda não vai longe, prestigiados historiadores profissionais que desprezavam a história política, pois a associavam à coleção de fatos políticos, cujos personagens não teriam autonomia nas suas decisões, uma vez que, quisessem ou não, seriam meros agentes de forças constringentes predeterminadas, conforme afirmou Krippendorff.² Posições dessa natureza fazem parte de mecanicismos teóricos que desvalorizam os eventos, vistos como um subproduto com pouco poder explicativo. O monismo leva à distorção do real a fim encaixá-lo em posições

2 Krippendorff, 1979, p.24.

apriorísticas. Duroselle, depois de observar que, “para haver acontecimento, é necessária uma ligação com o homem”, afirma, sem reboços: “Não há história sem acontecimentos. A história trata de acontecimentos”. E um pouco mais adiante, invocando a “antropologia simples”, lembra que

[...] grande parte [das atividades humanas] é dedicada a atividades não racionais. Ora o objeto de nosso estudo é o homem. Estudar um homem artificial que terá apenas a razão humana seria constituir uma ciência artificial, não correspondendo a nada. [...] Devemos, pois, estudar cientificamente o homem; este, porém, é uma mistura de racional e irracional”.³

Young⁴ ensina que “O trabalho empírico não é intentado apenas para verificar proposições estabelecidas – uma abordagem analítica precisa servir para guiar e tornar frutíferas as incursões no reino dos dados empíricos, e não meramente apresentar proposições testáveis”. Não seguir este caminho é correr o risco de criar um hiato entre construções abstratas e o que de fato aconteceu ou está acontecendo. Nem sempre é fácil encontrar um ponto de equilíbrio, isto é, evitar o hiperfactualismo ingênuo e a teorização excessiva. Dito de outro modo, aquele pouco explica, e esta leva à criação de uma realidade que só existe nos textos. Apesar do truísmo, é bom lembrar que só depois de conhecer a realidade é possível explicá-la. A história fornece a matéria-prima para o estudo científico das relações internacionais, conforme Duroselle⁵. Para que isso dê frutos, é preciso ter a mente aberta. Apoiado em Aron, Medina⁶ reitera que há “uma dialética constante entre ‘teoria’ e ‘empíria’, já que os esquemas teóricos têm que ser continuamente contrastados com os resultados da experiência”. As sínteses interpretativas lastreadas na concretude histórica, isto é, restabelecida a partir de fontes confiáveis, resistem ao tempo, pois independem de modismos intelectuais, arrimam trabalhos posteriores, e não produzem polêmicas estéreis. Isso vale tanto para o cientista político quanto para o historiador. Faz parte do trabalho do historiador a busca da verdade, conforme afirmou, sem meias palavras, Duroselle⁷, que arrematou: “Desconfiemos dos que explicam os fatos sem conhecê-los. Desconfiemos também dos compiladores que conhecem os fatos, mas não procuram compreendê-los. Nossa vocação é explicar”.

3 Duroselle, 2000, p.20-21.

4 Young, 1970, p.98-122.

5 Duroselle, 2000, p.23.

6 Medina, 1973, p.60-61.

7 Duroselle, 1976, p.245.

Cumprе esclarecer que, no capítulo relativo aos contextos e ao corte republicano, não tivemos a pretensão de retomar, rever ou aprofundar o assunto já bem estudado pelos especialistas. Buscamos informações consensuais corroboradas pela documentação brasileira do período. A intenção não foi além de um encaixe da política externa brasileira no momento internacional e no contexto interno. A transição do Império para a República, apesar de já bem estudada, ainda comporta algumas perguntas nesse aspecto. Para esclarecer se ela provocou expressiva mudança na conduta internacional brasileira é preciso examinar como os novos donos do poder concebiam a inserção do país no sistema internacional e, sobretudo, como foram encaminhadas as relações com os Estados Unidos, então empenhados na formação de sua esfera de poder, em razão do que se deu destaque para o tratado firmado entre os dois países em 1891 e à Revolta da Armada (1893-1894), balizas do novo momento da política externa brasileira. Pouparamos o leitor de detalhes factuais internos não relacionados com os objetivos do presente texto. Privilegiamos a face externa da luta que pôs em risco a manutenção das instituições então recentemente instaladas. Isso nos leva a perguntar se os estreatantes no poder tinham um projeto detalhado de política externa ou agiram de improviso. Para tentar responder a essa questão, elaboramos um plano geral que obedeceu, em primeiro lugar, à busca no contexto internacional e nacional dos aspectos que vinham ao encontro dos nossos objetivos para, empós, acentuar a inflexão havida na política externa imediatamente após a mudança de regime, estabelecer as principais mudanças ocorridas no corpo diplomático e no estilo da diplomacia e analisar o posicionamento do Brasil em relação às nações do seu entorno geográfico, com a Argentina de modo especial, e, finalmente, examinar outros assuntos específicos com relevância suficiente que justificaram itens separados, como as negociações do *funding loan* e as reações às dificuldades colocadas pelo imperialismo, ou, mais precisamente, a ocupação da Ilha da Trindade e a presença do Bolivian Syndicate no Acre. Reservamos um item para os interesses ligados ao comércio e à imigração e, como complemento, um dedicado ao tratado Brasil-Japão (1895).

Pelo fato de existir bibliografia específica de boa qualidade sobre as questões de limites solucionadas durante o período em exame – a de Palmas/Missões com a Argentina e a do Amapá com a França –, elas não foram tratadas com a tecnicidade e detalhamento necessários em assuntos dessa natureza, mas subjazem ao texto.

Cumpre-me consignar meus agradecimentos ao Leandro Rodrigues, editor adjunto da Editora Unesp, que conseguiu, com sua equipe, restabelecer os originais da primeira edição, sem o que esta não seria possível. À Sônia Álvares Mostácio, pela sua preciosa ajuda técnica na preparação dos originais, e à Graziela Helena Jackyman de Oliveira, bibliotecária do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), pela sua atenção e competência ao localizar e, inclusive, disponibilizar textos raros utilizados neste trabalho.

Os contextos

Após o período napoleônico, a economia global entrou em um período de crescimento centrado nos países da Europa ocidental, em especial na Grã-Bretanha, defensora e praticante do livre comércio internacional – inclusive porque possuía uma indústria manufatureira superior à dos países concorrentes. O apogeu da Europa deu-se entre os anos de 1871 e 1914. De 1880 a 1914, especificamente, houve considerável aumento na produção dos países capitalistas centrais, o que levou a um aumento expressivo do intercâmbio comercial, nomeadamente entre eles e os então chamados “países novos”. A busca de novos mercados em países não industrializados ou “atrasados” foram os móveis da expansão dos países europeus e dos Estados Unidos. O crescimento do intercâmbio e o inter-relacionamento dos sistemas nacionais reforçaram o sistema econômico de escala mundial. A crescente necessidade de expansão e controle de novos mercados e de fontes de matérias-primas para sustentar o crescimento produziu exacerbação na concorrência e evoluiu para rivalidade entre as nações industrializadas, refletida nos seus objetivos geopolíticos. A parte do mundo sujeita à nova onda colonialista das grandes potências já fora “repartida”; a chegada de novos atores provocou acirrada disputa por uma nova partilha, a fim de abrir brecha à expansão dos países ingressantes no clube das grandes potências. A expansão externa, necessária para o crescimento da riqueza, fundiu-se com as noções de orgulho, prestígio e superioridade nacionais. O crescimento das atividades industriais,

mercê do progresso técnico, das sociedades por ações, da organização bancária, entre outros fatores, fez com que as questões financeiras desde meados do século XIX ganhassem relevância nas relações entre os Estados. Desde o início da Era Moderna, os objetivos do Estado confundiam-se com os das categorias hegemônicas existentes no interior de cada sociedade, o que em parte explica o expansionismo e sua conseqüente repercussão nas relações internacionais atritantes entre as nações colonialistas, exacerbadas por razões financeiras, demográficas, geopolíticas e as que pertenciam ao “território da vida intelectual”, conforme assinalou Renouvin. A América do Sul tornou-se “o campo predileto para a expansão europeia”.¹

Nos anos 90 do século XIX a Europa já dava sinais de declínio com o aumento do poder e presença dos Estados Unidos e da Rússia no concerto mundial, novas potências que entravam na disputa de mercados, caso dos Estados Unidos, e de territórios, caso do Império Russo.² Naquela década, os Estados Unidos, pela sua riqueza industrial e potência militar, ocupavam o segundo lugar entre as demais potências; ocupavam a mesma posição quando se tratava de número de habitantes, superados neste quesito apenas pela Rússia. Entre os novos atores incluía-se, também, o Japão, o que contribuía para a configuração de um universo multipolar.³ Alemanha e Estados Unidos, ambos em rápido processo de industrialização, passaram a disputar os mercados que estavam sob o domínio dos britânicos.⁴ A produtividade da Grã-Bretanha no final do século XIX continuou a crescer, mas em um ritmo que não acompanhava o dos Estados Unidos e da Alemanha. Segundo Kennedy, em 1880 a Grã-Bretanha respondera por 22,9% da produção mundial de manufaturados, mas em 1913 esse percentual caiu para 13,6%. Declinou, também, sua participação no comércio mundial, superada por aqueles dois países.⁵ O tipo de economia exportadora dos países periféricos e a predominância de alguns produtos primários influíram nas direções e na consolidação dos vínculos comerciais, atrás dos quais vinham vínculos de outra natureza, como os políticos e

1 Ver Kennedy, 1989, p.143; Renouvin, 1969, tomo II, v.1, p.327, 436-441, 562; Renouvin e Duroselle, 1967, p.77, 133. Apesar das diferenças de natureza teórica, há convergência factual entre autores de tendências distintas sobre os móveis da expansão. Vale ressaltar a síntese sobre capitalismo, economia de mercado, expansão do capitalismo e poder estatal feita por Arrighi, 1996, p.1-26.

2 Kennedy, 1989, p.192-197.

3 Barraclough, 1973, p.106; Duroselle, 1976, p.227.

4 Cf. Singer, 1977, p.348. Sobre a rivalidade germano-norte-americana manifestada após a guerra hispano-americana (1898), os planos navais alemães e as pretensões territoriais na América do Sul, cf. Spykman, p.85-86.

5 Cf. Kennedy, 1989, p.223; Arrighi, 1996, p.59.

culturais. Os países da Europa, maiormente a Grã-Bretanha, seguida logo após pela Alemanha e Estados Unidos, eram os propulsores da economia dos países da América Latina. Os Estados Unidos de modo especial, em franca expansão ao longo do século XIX, mercê da forte imigração, da ocupação das terras do seu oeste, da industrialização e da popularização do uso do café, tornaram-se vitais para o funcionamento da economia brasileira, assentada basicamente na produção cafeeira,⁶ seguida pela de açúcar, peles, couros, borracha (durante certo tempo), manganês e frutas. Desde 1865-1870 tornaram-se os maiores compradores do café brasileiro: em 1891, o Brasil vendeu 3.884.300 sacas de 60 quilos para os Estados Unidos; em 1897, 5.302.800, número superior ao vendido para a Europa inteira no mesmo ano: 5.085.900 sacas.⁷

Nas duas últimas décadas do século XIX, o acirramento da disputa interimperialista pela busca ou ampliação de áreas de influência e de mercado em países primário-exportadores tornou o contexto internacional agressivo. A primeira década da república brasileira situa-se em uma época de crescimento das dificuldades do quadro político mundial, pouco antes das “provas de força” entre as potências imperiais imediatamente anteriores à Grande Guerra de 1914 a 1918. A posição confortável da Grã-Bretanha na América Latina tem suas raízes na segunda metade do século XVIII. Não obstante os vínculos de seus países com suas metrópoles europeias, tornara-se colônia comercial da Grã-Bretanha. Após a independência das colônias, os ingleses desenvolveram um labor diplomático destinado a assegurar ou ampliar sua ascendência sobre as nações do Novo Mundo.⁸ A América Latina nas primeiras décadas do século XIX estava para a Grã-Bretanha como estivera para a Espanha no início do século XVI. Nem mesmo faltaram planos para se estabelecer um protetorado britânico sobre a área.⁹ Grã-Bretanha e Portugal mantiveram estreitas relações diplomáticas, completadas pelos vínculos comerciais, sobretudo depois de 1703 (Tratado de Methuen), de tal modo favorável à primeira que Portugal dela “se tornou vassalo econômico”. Sob a

6 Glade, 2001, p.28, 45, 64. Furtado, 1976, p.55-56, 203. Esse tipo de vinculação caracteriza uma relação de dependência, conceito frequente na literatura econômica da década de 1970. Lafer e Peña, 1973, p.33, nota 9, o definem com precisão: “Entendemos por *dependência* como vinculações assimétricas de um país com o seu contexto internacional, que limitam em maior ou menor grau sua capacidade ou vontade para controlar efeitos internos de fatores externos e sua capacidade ou vontade para exercer influência real sobre o seu contexto externo”.

7 *Relatório do Ministério da Fazenda*, 1898, p.350.

8 Mauro, 1964, p.145;1973, p.136).

9 Cf. Rippy, 1967, p.102-103.

proteção da Grã-Bretanha, a família real portuguesa, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, refugiou-se no Brasil, que já era o mais importante mercado para as mercadorias inglesas. A diplomacia britânica atuou com sucesso de modo a transferir seus privilégios comerciais para a colônia brasileira, que logo após sua independência teve que bancar os ônus decorrentes de seu reconhecimento ao aceitar os termos do Tratado de Comércio de 1827, pelo qual os britânicos mantiveram seus privilégios. O novo país já nasceu como nação dependente da Inglaterra.¹⁰ O secretário de Estado norte-americano Henry Clay, por ocasião do reconhecimento do Brasil, foi incisivo ao relacioná-lo com o comércio: “Grã-Bretanha tratará, sem dúvida, de assegurar-se com o novo governo, as mesmas vantagens extraordinárias que desfrutou seu comércio durante tanto tempo com Portugal, vantagens que colocaram este país quase na situação de uma colônia ou dependência da Grã-Bretanha”.¹¹ Mesmo após o Brasil se libertar das amarras do Tratado de 1827, a Grã-Bretanha manteve sua posição durante todo o século XIX em razão do volume de seus empreendimentos no país e da qualidade das suas manufaturas.¹² Para levar avante suas pretensões no sentido de vincular ainda mais a América Latina à sua esfera de influência, era preciso se contrapor à presença política norte-americana almejada pelos presidentes James Monroe (1817-1824) e John Q. Adams (1825-1826).¹³ Nas três primeiras décadas do século XIX, anglo-saxões de ambos os lados do Atlântico rivalizam-se. Não era no referente aos investimentos de capital, pois os Estados Unidos não possuíam excedentes suficientes para aplicá-los em toda a área latino-americana. Seus poucos investimentos eram colocados, principalmente, no México, Cuba e América Central. Nessa época, eles mesmos eram grandes recebedores de capitais.¹⁴ Em termos de comércio, a Grã-Bretanha superava os Estados Unidos em toda a América Ibérica, com exceção de Cuba. O valor do comércio britânico com as nações de origem espanhola em 1830 era de aproximadamente 32 milhões de dólares, enquanto o dos Estados Unidos era de 20 milhões. Os britânicos colocavam na América Latina produtos manufaturados e bens de capital.¹⁵ Os Estados Unidos,

10 Cf. Cervo, *A conquista e o exercício da soberania...*, in Cervo e Bueno, 2015, p.43.

11 Transcrito por Rippy, 1967, p.81-82; Renouvin, 1969, t.II, vol.I, p.70.

12 Cf. Manchester, 1973, p.193,245,254,287-289.

13 A mensagem do presidente James Monroe ao Congresso dos Estados Unidos em 2 de dezembro de 1823, na qual repeliu eventuais conquistas europeias no continente americano, não excluiu a possibilidade de ingerência norte-americana na América Latina (Lima, *Pan-Americanismo (Monroe-Bolívar-Roosevelt)*, p.162 apud Bandeira, 1973, p.149).

14 Cf. Rippy, 1967, p.187; Whitaker, 1964, p.XIV; Caulfield, 1997, p.31-32.

15 Bethell, 2001, p.581.